

História do Corpo e Formação do Estado: soldados do Exército brasileiro no Império e na Primeira República

Adilson José de Almeida¹

Resumo: O estudo da história da educação física no Brasil é importante para a compreensão das mudanças históricas nas formas de mobilização do corpo do soldado. A implantação da educação física no treinamento militar põe em evidência a mudança de um modo de apropriação da força física dos homens baseado nas relações mais diretas dos senhores com os estratos de dependentes e escravos que lhe eram subordinados, para um modo baseado numa racionalidade burocrática estatal.

Palavras-chave: História do corpo; estado nacional; história da educação física

Abstract: The study of the history of physical education in Brazil is important to understanding the historical changes in forms of mobilization of the body of the soldier. The implementation of physical education in military training emphasizes the change from one form of use of the physical strength of men based on direct relationship of landlords and their serfs and slaves for use on a bureaucratic rationality.

Keywords: History of body; national state; history of the physical education

Antes de destacar alguns pontos da história da educação física militar no Brasil, é preciso situar os problemas mais amplos aos quais ela pode ser integrada. Os estudos sobre as forças armadas brasileiras, tanto na historiografia militar como, mais amplamente, na historiografia sobre o Império ou a República, enfatizam a má organização das tropas. Marinha e Exército apresentariam os mesmos problemas, a primeira, talvez, com menor intensidade, o que faz com que o alvo principal das críticas seja o Exército. Assim, se focalizará, sobretudo, a tropa terrestre de primeira linha, com algumas referências à Marinha.

Três pontos são sempre ressaltados por autores como Nelson Werneck Sodré, Samuel Guimarães da Costa, João Batista Magalhães, Genserico de Vasconcelos e outros. O primeiro é o recrutamento forçado que era, desde a Colônia, um dos recursos mais empregados, senão o principal, de arregimentação de indivíduos. Significava uma verdadeira captura de homens para completar os contingentes sempre aquém das quantidades fixadas por lei. Os próprios relatórios militares oficiais registravam a insuficiência da apresentação voluntária para preencher as necessidades de defesa do país. O segundo é o treinamento – aprendizagem do manejo de armas, ordem unida e da prática de exercícios físicos – sobre o

¹ Museu Paulista da USP; Mestre em História Social

qual se afirma que era precária e assistematicamente ministrado aos soldados quando não totalmente inexistente. O terceiro ponto é a aplicação frequente de castigos corporais como meio de disciplina. Embora esta forma de punição tenha sido questionada durante todo o Império, nunca deixou de ser aplicada e prosseguiu até sob o regime republicano quando protestos contra a prática ainda eram ouvidos como no mais importante deles, a Revolta da Chibata na Marinha.

Esses procedimentos são freqüentemente entendidos como decorrentes de uma certa marginalidade política do Exército no aparato estatal, principalmente, durante o Império, o que tinha por consequência falta de verbas, desorganização institucional e incapacidade operacional. Mas, na verdade, eles devem ser analisados como formas específicas de mobilização do corpo do soldado para desempenho de atividades militares num Exército inserido numa sociedade escravista e patrimonialista.

Mais do que críticas à desorganização de uma instituição armada, se deve proceder à análise do que se poderia chamar de materialidade do exercício do poder. De um lado, a materialidade do poder é o conjunto dos recursos materiais empregados para exercer coerção física contra um oponente. Este talvez, o problema mais tradicional das histórias militares, avaliar a capacidade de um contingente militar nas lutas contra um inimigo. Mas, de outro, o que nos interessa mais de perto aqui, a materialidade do poder é a apropriação das capacidades físicas de homens para constituir os efetivos necessários e assegurar o seu controle e eficácia. Neste caso, é a constituição e preparação de tropas que se deseja formular como um problema. O estudo das forças armadas põe em relevo o corpo como alvo de um poder bélico, alvo a ser destruído (como matar o soldado inimigo?), ou o corpo como elemento físico mobilizado pelo poder para prover sua própria sustentação (como tornar o meu soldado eficaz?).

Nesta perspectiva se pode pensar de outra maneira a organização militar brasileira do século XIX até, pelo menos a Primeira República, estudando-a através da história do corpo. Os modos como as forças armadas recrutavam, treinavam e disciplinavam os homens constituíam práticas de organização e ação militares que se desenvolviam segundo um padrão corporal que regulava as formas de apropriação pelo estado das capacidades físicas dos homens para atuação armada. Além disso, fato importante, este padrão corporal se estabeleceu fora das forças armadas e foi imposto a ele. A hipótese que se procura desenvolver é a de que vigia no século XIX e nas décadas iniciais do século XX um padrão corporal estabelecido nas relações entre senhores e dependentes e, até 1888, também entre senhores e escravos. Este padrão se originou, portanto, numa sociedade patrimonialista e escravista e as forças armadas,

sem conseguir modificá-lo durante todo o período considerado, a ele se amoldavam. É este padrão que exclui o treinamento dos soldados e com ele a introdução efetiva da educação física nas tropas armadas. É este padrão que impõe os castigos físicos como o principal meio de disciplina dos soldados.

Quando se examina os modos pelos quais os grandes senhores mobilizavam seus homens em armas, como obtinham o concurso deles para as lutas, justifica se pensar na existência de um padrão senhorial de atuação armada. Três elementos em conjunto parecem conformá-lo no seu perfil geral.

O primeiro deles é a aprendizagem doméstica do uso de armas. Era responsabilidade de cada homem saber manejar armas e quando acionado por um senhor colocar esta capacidade a seu serviço. Daí o *locus* do desenvolvimento da habilidade de lutar com armas era a família ou a comunidade. Deve-se pensar, assim, que práticas como a caça, as brincadeiras infantis ou os divertimentos adultos que envolviam luta, eram incentivadas como meios de aprendizagem do uso de armas e de técnicas de luta.

O segundo é a valorização no corpo dos homens da força física e não de habilidades (rapidez, flexibilidade etc.). Daí, então, não haver preocupação com o treinamento sistemático dos homens regulado por alguma instância além da família ou da comunidade. Não era preciso aprimorar a capacidade de lutar adquirida na aprendizagem doméstica ou comunitária. Era necessário que os homens tivessem apenas condições físicas de atender à convocação do senhor e se lançar no combate a um inimigo.

Por fim, a regulação dos comportamentos por um *ethos* senhorial caracterizado pela exigência de cumprimento de obrigações recíprocas estabelecidas entre senhores e dependentes. Ao senhor cabia, possuidor de recursos materiais e financeiros, garantir trabalho, renda e segurança àqueles que dependiam dele.

Ao dependente, tendo recebido do senhor o que lhe era devido, cabia atender às requisições dele. Era sua obrigação trabalhar para o senhor e defendê-lo. Numa organização militar deste tipo, patrimonialista e senhorial, a educação física não constituía exigência para a preparação do homem para lutar como soldado.

É esta história do corpo militar que nos dá maior inteligibilidade da trajetória da educação física no Brasil. Por um lado, pouco difundida durante um longo tempo em razão da prevalência do padrão patrimonialista e escravista de mobilização dos homens, que excluía a preparação física sistemática dos contingentes formados, estava restrita, apesar de formalmente recomendada, a uma pequena quantidade de praticantes na oficialidade das forças armadas e não constituía uma atividade regular no grosso da tropa. Estava presente

também em algumas instituições de ensino como o Colégio D. Pedro II e poucas escolas particulares de elite. A educação física não era, portanto, uma atividade desconhecida, mas não estava no centro das preocupações das autoridades do ensino e dos comandos militares.

Por outro lado, ela se torna prática regular na área militar e no ensino civil, justamente, conforme se verifica o fortalecimento do estado. Não é sem sentido, então, que se transformando num alvo de iniciativas estatais mais sistemáticas a partir do final do século XIX e início do XX, tenha se constituído, ainda depois, num objeto de políticas governamentais a partir da Revolução de 1930 e adquirido uma maior dimensão institucional.

A história da educação física no Brasil já conta com relevantes estudos e pesquisas. Os dados e informações utilizados neste trabalho se encontram, principalmente, nos trabalhos de Ana Cristina Arantes², Inezil Penna Marinho, Washington Gutierrez e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior.

Nas análises sobre a educação física no Exército brasileiro se estabelece que a atividade foi introduzida pelos membros da guarda pessoal da Imperatriz D. Leopoldina. Eles praticavam a *gymnastica*, também denominada prática motora. A partir deste início pontual a atividade, certamente, conheceu alguma difusão que impulsionou, mais tarde, um começo de regulamentação oficial. Em 1852 vê-se que a ginástica alemã foi implantada no Exército. Na Escola Militar da Praia Vermelha – com esta denominação desde 1840 - a ginástica já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca.

Mas é na segunda metade do século XIX que ocorrem mais desenvolvimentos. Em 1858 a Escola Militar toma uma série de medidas como a nomeação de novo mestre de ginástica e a determinação de que seus cursos de infantaria e cavalaria tivessem aulas de esgrima e natação. Aliás, por esta mesma época na Escola da Marinha se estabelecia esgrima e ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos antes da missa. Em 1860, no Depósito de Aprendizes Artilheiros situado na Fortaleza de São João, ginástica, esgrima e natação se tornaram obrigatórias. Estas mesmas atividades aparecem novamente em decretos sobre as forças armadas de 1866, 1871 (este baixando o Regulamento da Escola da Marinha) e 1874.

Contemplada nas prescrições oficiais, a educação física militar constituía, ao mesmo tempo, tema para estudos acadêmicos. Inezil Marinho e Washington Gutierrez

² Agradeço à profa. Ana Cristina Arantes pelas indicações bibliográficas, pelo fornecimento de textos e interesse demonstrado pela pesquisa.

destacam, por exemplo, a publicação, em 1867, de *Estatutos Higiênicos sobre Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado* de Eduardo Pereira.

A atividade legislativa do Governo central sobre a educação física para militares prosseguiria no último quartel do século. Em 1882, o Colégio Naval previa exercícios ginásticos, militares e natação para seus alunos. Natação e esgrima seriam mantidas na fusão, em 1885, deste colégio com a Escola da Marinha para formar a Escola Naval.

Encontram-se mais uma vez prescritas esgrima, natação e equitação em decreto de 1884 sobre o Regulamento da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Em 1889 se determina natação, ginástica, esgrima, tiro ao alvo e evoluções militares como práticas obrigatórias no Imperial Colégio Militar criado neste ano.

É importante também acompanhar a educação física no ensino escolar neste mesmo período. Na primeira metade do século XIX, em 1828, já aparece publicado no Brasil um estudo sobre a educação física. O autor é Joaquim Jerônimo Serpa que escreveu *Tratado de Educação Física-Moral dos Meninos*.

Quanto ao ensino de educação física em escolas do Brasil neste período, referências mais seguras se encontram nos regulamentos escolares do Colégio D. Pedro II, fundado em 1835. Os registros mostram que as aulas só foram efetivamente ministradas a partir de 1841, quando da contratação do capitão do Exército Guilherme Taube como instrutor.

Por volta de 1840 estabelecimentos particulares também ofereciam atividades de educação física. Ex-oficial de Exército, o emigrado espanhol Coronel Frederico Hoppe, então mestre de armas da Academia da Marinha, ministrava esgrima no Colégio Botofogo e no Colégio São Pedro de Alcantara. Na Escola Caetano de Campos, desde sua fundação em 1846, a educação física fazia parte do currículo.

No início dos anos de 1850 a educação física começa a ser pensada e proposta como atividade escolar. Neste período a prática de ginástica se torna obrigatória nas escolas primárias da Corte, determinação que se verifica também nas províncias, como no Amazonas que incluiu em 1852 a educação física no currículo escolar. Mais tarde, em 1886, o presidente da Província de São Paulo preconiza ao inspetor geral da instrução exercícios militares e ginástica para alunos de nove a doze anos. Já na República o Ginásio Nacional, o anterior Colégio D. Pedro II, nas reformulações de então, estabeleceu uma série de atividades de educação física, mantendo o que já constituía uma tradição na escola.

Em meados do século XIX, para além das áreas escolar e militar a educação física já se estabelecia, ainda que pontualmente, como uma prática social. O esporte começou a se

constituir como uma atividade em torno da qual pessoas passaram a se associar. Surgiram os clubes, nos quais, certamente, os exercícios físicos encontravam aplicação. Destacavam-se entre os clubes o Grupo dos Mareantes (1851), Sociedade de Ginástica de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (Sogipa, 1867), Clube Ginástico Português e Jóquei Clube Fluminense (1868), Clube Guanabareense (1874), Clube de Regatas Cajuense e Clube de Regatas Internacional (1885).

Militares já na mesma época também praticavam esportes. A Marinha de Guerra, por exemplo, realizou uma regata em 1862, que contou com a presença de D. Pedro II e foi muito noticiada à época.

Vale ressaltar, ainda, que a educação física já constituía um objeto para estudos. Além das duas referências citadas anteriormente, dissertações e teses acadêmicas nas faculdades de medicina já eram elaboradas. Exemplo é a tese, de 1845, do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba intitulada *Algumas considerações sobre a Educação Física*.

E mais adiante o que se pode observar para o último quarto do século é a preocupação em propor a educação física como parte da política do Estado para o ensino. Em 1873 o capitão Ataliba M. Fernandes, mestre de ginástica, apresentou proposta à Inspetoria da Instrução Pública da Corte para realização de aulas de educação física nas escolas primárias. Uma comissão foi formada para analisá-la.

Em 1882 Rui Barbosa emite parecer sobre o Projeto 224 da Câmara dos Deputados, intitulado *Reforma do Ensino Primário*. Rui Barbosa elaborou uma proposta sistemática de educação física no ensino formal para crianças. Pensou a inserção institucional da atividade, a classificação dos grupos por gênero, a atribuição do *status* de professor ao especialista em educação física.

No início do século XX houve pelo menos mais um projeto apresentado à Câmara dos Deputados. Elaborado em 1905 pelo Deputado Jorge de Moraes, chegou a ser aprovado, mas não foi executado. Previa duas escolas de educação física, uma civil e outra militar, além de centros esportivos universitários.

No final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX Pena Marinho observa, no Exército, que as prescrições sobre ginástica, natação e esgrima que se viu nas décadas de 1860 e 1870 constariam de decretos nos anos 1889, 1898, 1905, 1914, 1918 e 1919. Posteriormente os regulamentos de 1924 e 1929 orientados pelo ensino da Missão Militar Francesa impunham a Instrução Física Militar.

Mas, além desta atividade legislativa, várias iniciativas sobre educação física foram tomadas neste âmbito militar. Há uma escola militar prevista no citado projeto de 1905

do Deputado Jorge de Moraes. Em 1906 a Força Pública de São Paulo cria a sua própria Escola de Educação Física.

Alguns anos depois, em 1915, foi criada no Exército a Liga Militar de Futebol que, em 1920 passou a ser denominada Liga de Sports do Exército. Em 1922, o Exército tomou novas iniciativas para estabelecer uma política sistemática de implantação da prática da educação física. Este é o ano de fundação do Centro Militar de Educação Física. O Centro só em 1929 ministrou um primeiro curso provisório de formação, mas receberia novo impulso com a Revolução de 1930. A Marinha possuía uma Liga de Esportes. Em 1926 inicia a formação de monitores de educação física num curso de dois anos na Liga.

Vê-se, claramente, que a educação física se desenvolvia no ensino formal, na área militar e na prática social do esporte. Deixo de lado neste texto o problema do esporte, que parece bastante associado à vida num ambiente urbano em rápido crescimento, mas que não pode ser tratado no pouco espaço desta comunicação.

Mas outro fato notável nestes desenvolvimentos da educação física é o seu crescimento associado ao fortalecimento institucional crescente do ensino e das forças armadas.

Por que a educação física cresce com o estado? Por que o padrão patrimonialista a recusa? A definição de educação física pode conter elementos variados, mas seu eixo gira sempre em torno da atividade corporal. Neste sentido o conceito de ginástica tal como foi formulado desde o século XVII e mantido posteriormente pode encaminhar uma resposta. Friedrich Hoffmann já neste período a definia como *movimento artificial*. Mais tarde Herbert Spencer a entendia como *exercícios fictícios* (Gutierrez, 1980: 29-30). Trata-se de modificar o próprio corpo, de atingir um outro patamar de condicionamento físico, mas através de procedimentos corporais regulados não pela experiência pessoal cotidiana, que se desenvolve segundo necessidades, ritmos e capacidades individuais. Na educação física o “exercício” é o movimento ou o conjunto de movimentos que são prescritos da mesma maneira para diferentes pessoas que devem ou querem realizá-los. E os objetivos não são fixados por cada qual, mas por preceitos gerais (definidos na medicina, na moral etc.).

Por isso o padrão patrimonialista a recusa. Ele necessita de um homem “forte” e “válido”, mas que assim o é pela maneira como ele próprio desenvolve sua vida. Já não é assim com o estado que arregimenta o homem para empregar em fins bélicos sua capacidade física. Não interessa este homem como ele é “naturalmente”. É preciso “treiná-lo”, isto é, transformá-lo num soldado.

A educação física pode se constituir num dos recursos do estado para obter o soldado e até mesmo o cidadão dos quais necessita. Entende-se porque com o fortalecimento do estado a partir da Revolução de 1930 esta atividade física se tornou objeto de ações governamentais sistemáticas, um novo lugar no estado que chega à nossa atualidade.

Uma política geral de educação física para o país começa a ser delineada no primeiro governo Vargas. A educação física se torna uma área específica na estrutura do Ministério da Educação e Saúde, uma articulação entre duas áreas tão importantes na educação física numa instância executiva Governo Federal.

Em 1930 o Centro Militar de Educação Física foi subordinado diretamente ao Estado-Maior do Exército e ao Ministério da Guerra. Em 1931 passou a constituir centro independente na estrutura da tropa. Finalmente em 1933 foi transformado na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Ainda em 1931 a reforma Francisco de Campos torna a educação física obrigatória no ensino secundário. É neste mesmo ano que surgem Departamentos de Educação Física dos estados de São Paulo e Espírito Santo. Neste âmbito estadual houve, ainda, outras iniciativas importantes. Mário de Andrade, quando Secretário da Educação de São Paulo começou, em 1935, a implementação de Parques Infantis com atividades de educação física. A experiência durou pouco tempo, mas considera-se que criou condições para o desenvolvimento de projetos que vieram mais tarde.

Deve-se observar que além das ações do estado, mas em muitos casos articuladas a elas, se desenvolveram grandemente práticas sociais que envolviam educação física. Em 1931 se funda a ACM do Rio de Janeiro, uma instituição civil de caráter religioso que desenvolvia atividades de educação física. E se deve considerar também o impulso que estas receberam com a difusão de esportes, em especial do futebol.

O Estado Novo intensifica as mudanças institucionais da educação física tanto no ensino civil quanto militar. Em primeiro lugar, a educação física passa a ser tema contemplado no texto da Constituição Federal. Ainda em 1937, a Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional cria o Conselho Nacional de Desportos, enquanto o Ministério da Educação cria sua Divisão de Educação Física.

Aqueles Departamentos de Educação Física de São Paulo e do Espírito Santo se transformaram, em 1938, em Escolas Superiores de Educação Física. No ano seguinte foram criadas a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, a Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, a Escola Superior de Educação

Física do Paraná e a Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Em 1941, o Rio Grande do Sul cria sua Escola Superior de Educação Física.

O governo ditatorial de Getúlio Vargas estabeleceu uma política estatal para a educação física. Tornou-a importante na legislação, promoveu grandes eventos – capitalizados politicamente pelo presidente – cujas exhibições de ginásticas por escolares constituíam um dos pontos altos.

Na década anterior ocorreu um primeiro grande evento que merece registro. Em 1922, participando das comemorações do centenário da Independência, a Liga de Sports do Exército criou uma Comissão Militar Sportiva para, juntamente com a Confederação Brasileira de Desportos, organizarem no Brasil os Jogos Latino-Americanos.

Mas é após a Revolução de 1930, entre 1935 e 1943, principalmente, que se realizaram grandes eventos esportivos e reuniões acadêmicas de âmbito internacional nos quais o Brasil teve participação destacada. A I Olimpíada Universitária Brasileira, mais tarde considerada como os I Jogos Universitários Brasileiros e o VII Congresso Nacional de Educação que teve a educação física como tema principal, realizaram-se em 1935. Em 1939 organizaram-se colônias de férias federais. Colônias deste tipo também já haviam sido organizadas por uma instituição como o Serviço de Recreação Pública e pelo estado do Rio Grande do Sul. Em 1941 é este estado que ganha, através do Instituto Porto Alegre (IPA), o Concurso Nacional de Organização e Instalações para a Educação Física. Em 1943 realiza-se o I Congresso Panamericano de Educação Física, cuja maioria dos trabalhos – 44 em 78 – foram apresentados por brasileiros.

Em 1946, a educação física continuaria como um alvo importante das ações governamentais no ensino, mesmo com o fim do Estado Novo. É deste ano a Lei Orgânica da Educação, que contemplou a educação física em todos os níveis de ensino. Em 1947, fundou-se o Departamento de Desportos do Exército.

Todo o desenvolvimento institucional da educação física nas décadas de 1930 e 1940 e a difusão social de sua prática no mesmo período se enfraqueceram com o fim da ditadura getulista com a qual ficaram identificados.

De 1945 até inícios da década de 1970, Gutierrez destaca um crescimento da prática da educação física e dos esportes nas escolas e nos clubes. Destes últimos vários ganharam títulos internacionais em competições esportivas e o número de escolas de educação física cresceu significativamente no país. E a legislação produzida pelo estado não deixou mais de contemplar a educação física como parte fundamental da educação escolar nos

diferentes níveis de ensino, como mostra a elaboração de Leis de Diretrizes e Bases, decretos federais e propostas de currículos nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Ana Cristina. *A História da Educação Física escolar no Brasil*. Revista Digital, Buenos Aires, año 13, n. 124, p.1-18, set. 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 02 mai. 2009.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do exército brasileiro; pequena tentativa de interpretação social*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957 (Biblioteca do Exército; v. 240).
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *História da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Colégio Pedro Segundo*. Revista Digital, Buenos Aires, año 13, n. 123, ago. 2008. Disponível em <http://www.efdeportes.com/>. Acesso: 02 mai. 2009.
- GUTIERREZ, Washington. *História da educação física*. 3ª edição. Porto Alegre: Instituto Porto Alegre, 1980.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. COMISSÃO DE DESPORTOS DO EXÉRCITO. Histórico. Disponível em: <http://www.cde.ensino.eb.br/jogosmarciais07/historico.htm>. Acesso: 17 mai. 2009.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil: anotações para a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958 (Biblioteca do Exército; Coleção avulsa).
- MARINHO, Inezil Penna. *História da educação física e desportos no Brasil; Brasil colônia, Brasil império, Brasil república, documentário*. Rio de Janeiro Ministério da Educação, 1952. 4v.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (Retratos do Brasil; v. 40).
- VASCONCELLOS, Genserico de. *História militar do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.